



Prefeitura de Pouso Alegre - MG
Orientador Educacional (Quadro VII)

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos;	1
denotação e conotação; significação das palavras	2
figuras	3
coesão e coerência	8
tipologia e gênero textual	10
emprego das classes de palavras;	13
sintaxe da oração e do período;	20
pontuação	26
concordância verbal e nominal	30
regência verbal e nominal;	32
estudo da crase	35
semântica e estilística	36
Exercícios	37
Gabarito	47

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Princípio da Regressão ou Reversão	1
Lógica dedutiva, argumentativa e quantitativa	5
Lógica matemática qualitativa	21
Sequências lógicas envolvendo números, letras e figuras	35
Regra de três simples e compostas	37
Razões especiais	39
Análise combinatória e probabilidade	41
Progressões aritmética e geométrica	47
Conjuntos: as relações de pertinência, inclusão e igualdade; operações entre conjuntos, união, interseção e diferença	50
Geometria plana e espacial	59
Trigonometria	68
Conjuntos numéricos	73

SUMÁRIO



Equações de 1º e 2º grau. Inequações de 1º e 2º grau. Funções de 1º e 2º grau	83
Geometria analítica	101
Matrizes determinantes e sistemas lineares	110
Polinômios	121
Exercícios	127
Gabarito	136

CONHECIMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

Fundamentos da educação: conceitos e concepções pedagógicas, seus fins e papel na sociedade ocidental contemporânea	1
Principais aspectos históricos da educação brasileira	10
Aspectos legais e políticos da organização da educação brasileira: as Diretrizes Curriculares Nacionais e suas implicações na prática pedagógica	11
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	22
LDB – Lei Federal nº 9394/1996 e alterações posteriores	88
Parâmetros Curriculares Nacionais	117
Competências e habilidades propostas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da educação básica	175
Constituição Federal de 1988 – Cap. III	231
Educação, trabalho, formação profissional e as transformações da educação básica	233
Função histórica e social da escola: a escola como campo de relações (espaços de diferenças, contradições e conflitos) para o exercício e a formação da cidadania, difusão e construção do conhecimento	234
Organização do processo didático: planejamento, estratégias e metodologias, avaliação	237
Avaliação como processo contínuo, investigativo e inclusivo	243
A didática como fundamento epistemológico do fazer docente	246
Currículo e cultura	247
Conteúdos curriculares e aprendizagem	265
Projetos de trabalho.	270
Interdisciplinaridade e contextualização	278
Multiculturalismo	279
A escola e o Projeto Político-pedagógico (PPP).	279
O espaço da sala de aula como ambiente interativo	289
A atuação do professor mediador e a atuação do aluno como sujeito na construção do conhecimento	290
Planejamento	295
gestão educacional	303
Gestão da aprendizagem	313
Professor: formação e profissão	319
A pesquisa na prática docente.	321

SUMÁRIO



A educação em sua dimensão teórico filosófica: filosofias tradicionais da educação e teorias educacionais contemporâneas	322
As concepções de aprendizagem-aluno-ensino-professor nas abordagens teóricas ..	322
Principais teorias e práticas na educação	324
As bases empíricas, metodológicas e epistemológicas das diversas teorias de aprendizagem	328
Contribuições de Piaget, Vygotsky e Wallon para a psicologia e a pedagogia. Psicologia do desenvolvimento: aspectos históricos e biopsicossociais	328
Temas contemporâneos: bullying	336
o papel da escola	344
a escolha da profissão.....	344
transtornos alimentares na adolescência	345
família	347
escolhas sexuais	352
a valorização das diferenças individuais, de gênero, étnicas e socioculturais.....	369
Exercícios	385
Gabarito	396

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Lei Orgânica do Município de Pouso Alegre	1
Lei Ordinária Municipal nº 1042/1971 - Estatuto dos Servidores Públicos de Pouso Alegre	71
Exercícios	103
Gabarito	108

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Lei nº 9.394/1996 (LDB) face às necessidades históricas da educação brasileira e suas alterações	1
Construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola: concepção; princípios; e, eixos norteadores	1
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.	1
CBC: ciclo da alfabetização e ciclo complementar.....	1
Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI).	4
Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).....	133
Base Nacional Comum Curricular (BNCC).....	133
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).	133
Gestão Escolar Democrática	133
Estrutura das organizações escolares	134
Fundamentos da educação: teorias e concepções pedagógicas.	134
Elementos da prática pedagógica.	135
A organização escolar	135



Elementos da cultura escolar: saber escolar; método didático	140
avaliação escolar.....	145
fundamentos das relações coletivas para o trabalho docente	159
O processo didático educativo.	160
Planejamento escolar: concepção; importância; dimensões; e, níveis. Planejamento de ensino e seus elementos constitutivos: objetivos educacionais; seleção e organização de conteúdos; métodos e técnicas.	160
Currículo e construção do conhecimento: a organização do tempo e do espaço escolar.....	160
tendências pedagógicas.....	160
projetos de trabalho.....	173
interdisciplinaridade	173
Processo de ensino-aprendizagem: relação professor-aluno	173
bases psicológicas da aprendizagem.....	174
teorias de aprendizagem	175
condições para aprendizagem	182
computador como recurso pedagógico	183
Problemas de aprendizagem.....	183
fracasso escolar	190
Principais aspectos do comportamento organizacional: conflitos; poder; liderança; comunicação; motivação.....	194
técnicas de negociação	195
Processos e propriedades estruturais dos grupos na organização formal.	203
Planejamento; acompanhamento; avaliação de treinamentos; e, demais processos educacionais.....	204
Andragogia: a teoria da aprendizagem dos adultos.	204
Práticas de supervisão pedagógica.....	206
Supervisão escolar: origem; evolução; objetivos; e, atribuições.....	206
Métodos e técnicas de supervisão e orientação educacional;	209
trabalho com famílias; e, pesquisa. Gerenciamento de projetos e práticas de liderança e gestão de equipes.	209
Orientação vocacional na escola: planejamento; aspectos psicológicos; e, contexto de implantação.	210
Orientação pedagógica: relações de afetividade no cotidiano escolar.	210
Saber e fazer da prática orientadora: essencialmente educacional e naturalmente pedagógica.....	211
Certezas e perspectivas da orientação educacional e pedagógica	212
Prática dos orientadores na atualidade.....	212
Reflexões sobre o conhecimento. Pesquisa: conceito; valor do estudo; plano; método; técnica; e, delineamento da pesquisa científica	213
Ética Profissional.....	213
Exercícios	222
Gabarito.....	230

SUMÁRIO



Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente. Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas. Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto é fazer uma análise objetiva do texto e verificar o que realmente está escrito nele. Já a interpretação imagina o que as ideias do texto têm a ver com a realidade. O leitor tira conclusões subjetivas do texto.

Gêneros Discursivos

Romance: descrição longa de ações e sentimentos de personagens fictícios, podendo ser de comparação com a realidade ou totalmente irreal. A diferença principal entre um romance e uma novela é a extensão do texto, ou seja, o romance é mais longo. No romance nós temos uma história central e várias histórias secundárias.



Raciocínio Lógico-Matemático

Este princípio tem como objetivo resolver determinados problemas de forma não algébrica, mas utilizando uma técnica baseada em raciocínio lógico, conhecida como **princípio da regressão** ou **reversão**.

Esta técnica consiste em determinar um valor inicial pedido pelo problema a partir de um valor final dado. Utiliza-se para resolução dos problemas as operações matemáticas básicas com suas respectivas reversões.

- Fundamento da regressão

Utilizando as quatro operações fundamentais, podemos obter uma construção quantitativa lógica fundamentada no princípio da regressão, cujo objetivo é obter o valor inicial do problema proposto através da operação inversa.

Soma ↔ a regressão é feita pela **subtração**.

Subtração ↔ a regressão é feita pela **soma**.

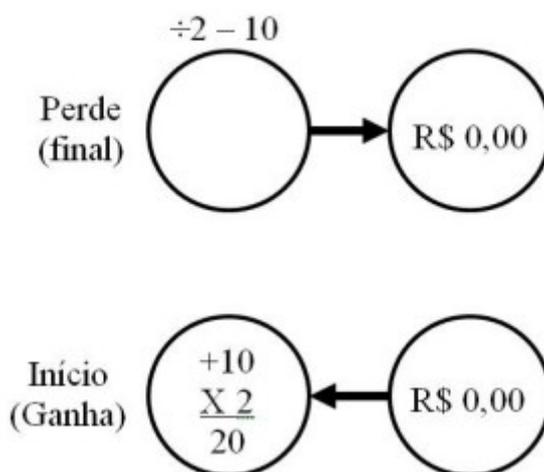
Multiplificação ↔ a regressão é feita pela **divisão**.

Divisão ↔ a regressão é feita pela **multiplificação**.

Veja os exemplos abaixo:

1 – Uma pessoa gasta metade do seu capital mais R\$ 10,00, ficando sem capital algum. Quanto ela possuía inicialmente?

Solução:



No problema acima, a pessoa gastou em dinheiro (– R\$ 10,00), ou seja, houve uma perda. Pelo princípio da regressão, iremos supor que ele recuperará o dinheiro, para que possamos chegar à situação inicial (+ R\$ 10,00). Posteriormente, ele gasta metade do seu capital ($\div 2$). Para voltarmos a situação inicial devemos multiplicar por 2 o valor em dinheiro que ele possuía. Logo, $2 \times R\$ 10,00 = R\$ 20,00$.

2 – Um indivíduo fez uma promessa a São Sebastião, se este dobrar o seu dinheiro, ele doará R\$ 20,00 para a igreja, no final da 3ª dobra, nada mais lhe restará, quanto possuía o indivíduo inicialmente?

- (A) 14,50
- (B) 15,50
- (C) 16,50



Fundamentos da Educação¹

A educação deve levar em conta a natureza própria do indivíduo, encontrando esteios nas leis da constituição psicológica do indivíduo e seu desenvolvimento. A relação entre os indivíduos a educar e a sociedade torna-se recíproca. Pretende que a criança aproxime do adulto não mais recebendo as regras de boa ação, mas conquistando-as com seu esforço e suas experiências pessoais, em troca a sociedade espera das novas gerações mais do que uma imitação; espera um enriquecimento.

Caso queiramos proceder corretamente no campo técnico da educação, teremos que a elas recorrer para que não sejamos tentados em nossa ação educativa, a impor modelos, para com que eles, os alunos, se identifiquem. Teremos sim que lhes oferecer situações. experiências que resultem em uma modelagem adequada. Modelagem não estereotipada, mas decorrentes das diferenças individuais de cada aluno.

— Fundamentos Sociológicos

No Brasil, convivem lado a lado, uma Sociologia de Educação cética com relação à ordem existente, baseada em modelo marxista, uma outra baseada em metodologia de pesquisa empiricista e, ainda outra que, rejeitando ambas as abordagens, adota perspectivas de inspiração interacionista, fenomenológica ou etnometodológica. As diferenças entre os referenciais teóricos, os temas tratados e a orientação política são tão grandes que talvez fosse mais correto falar em Sociologas da Educação.

Nos últimos vinte anos pertencem a Althusser (1970), Bowles e Gintis (1976), Bourdieu e Passeron (1970) e Michael Yong (1971), os estudos que marcaram e delimitaram o campo da Sociologia Educacional. Estes estudos postulam que a produção e reprodução das classes reside na capacidade de manipulação e moldagem das consciências, na preparação de tipos diferenciados de subjetividade de acordo com as diferentes classes sociais.

A escola participa na consolidação desta ordem social pela transmissão e incubação diferenciada de certas ideias, valores, modos de percepção, estilos de vida, em geral sintetizados na noção de ideologia. Os estudos centram-se nos mecanismos amplos de reprodução social via escola.

Num outro eixo, encontramos os ensaios da Nova Sociologia da Educação preocupados em descrever as minúcias do funcionamento do currículo escolar e seu papel na estruturação das desigualdades sociais. A Nova Sociologia da Educação coloca a problematização dos currículos escolares no centro da análise sociológica de Educação.

A Sociologia da Educação, hoje, aborda como tema central de discussão: o papel da educação na produção e reprodução da sociedade de classes. A Educação facilmente descobre que um dos lugares eminentes de sua teoria e de sua prática está no interior dos movimentos sociais. Cabe, pois, a escola o papel de preparar técnica e subjetivamente as diferentes classes sociais para ocuparem seus devidos lugares na divisão social.

Bourdieu e Passeron percebem como essa divisão é mediada por um processo de reprodução cultural. Sabemos que as forças culturais que atuam sobre o comportamento precisam ser conhecidas para um melhor planejamento e, conseqüentemente, melhor ensino. De particular interesse para o processo educativo são os fatores familiares, o grupo de adolescentes a que se filia (“a turma”) e a escola.

As condições do ambiente forjam a sua resposta ou reticência, aos estímulos, formando padrões de hábitos que encorajam ou desencorajam as atividades que motivam ou desmotivam a aprendizagem. O comportamento em classe está estritamente relacionado com o ambiente familiar e a sua posição socioeconômica. Fatores estes ocasionadores de procedimentos antissociais ou de extrema instabilidade e falta de amadurecimento.

A “turma” é de vital importância para o adolescente que, ao “enturmar-se”, prefere os padrões de seu grupo aos dos adultos, algumas vezes diminuindo até o seu rendimento escolar para satisfazer o seu grupo. O aluno, ser temporal e espacial, vivendo dentro de uma comunidade, pertencendo a um grupo social, participando de instituições várias, possuindo um “status” socioeconômico, para integrar-se aos padrões de comportamento social necessita de um atendimento dentro da sua realidade individual.

1 <https://pedagogiaparaconcurseiros.com.br/apostila-de-fundamentos-da-educacao/>



LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE

Dispõe sobre a Lei Orgânica do Município de Pouso Alegre.

O povo do Município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal, alicerçado nos princípios estabelecidos nas Constituições Federal e Estadual, sob a proteção de Deus, promulga a seguinte Lei Orgânica:

TÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO I DO MUNICÍPIO

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Município de Pouso Alegre integra a República Federativa do Brasil.

Parágrafo único. O Município, com autonomia política, administrativa e financeira, organiza-se e rege-se por esta Lei e demais leis que adotar, observados os princípios da Constituição Federal e, no que couber, os da Constituição Estadual.

Art. 2º Todo poder do Município emana do Povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, ou diretamente, nos termos desta Lei e da Constituição Federal.

§1º O exercício indireto do poder se dá por representantes eleitos em sufrágio universal e pelo voto direto e secreto.

§2º O exercício direto do poder se dá, na forma da lei, mediante:

- a) plebiscito;
- b) referendo;
- c) iniciativa popular, no processo legislativo.

Art. 3º São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Parágrafo único. Ressalvados os casos previstos nesta Lei, é vedado a qualquer dos poderes delegar atribuições e, a quem for investido na função de um deles, exercer a do outro.

Art. 4º o Município, no âmbito de sua competência, concorrerá para a consecução dos objetivos fundamentais da nação e assegurará, no seu território, a efetivação dos direitos sociais e individuais elencados na Constituição Federal.

Art. 5º São objetivos prioritários do Município, além daqueles previstos no art. 166 da Constituição Estadual:

I - compatibilizar o seu desenvolvimento com a preservação de seu patrimônio cultural e histórico e do meio ambiente;

II - desenvolver e fortalecer os sentimentos da comunidade em favor da preservação de sua memória, tradição e peculiaridades;

III - assegurar e aprofundar a sua vocação de centro de cultura e arte, de pólo educacional, agropecuário, comercial, prestador de serviços e industrial;



RESOLUÇÃO SEE Nº 1086, DE 16 DE ABRIL DE 2008.

Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino fundamental nas escolas estaduais de Minas Gerais.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto na Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, na Resolução CNE/CEB nº 2, de 7 de abril de 1998, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, nos Pareceres nº 1132/97 e nº 1158/98 do Conselho Estadual de Educação, no Decreto nº 43.506, de 06 de agosto de 2003, na Resolução nº 430, de 07 de agosto de 2003, e considerando:

- a necessidade de assegurar a todas as crianças um tempo mais longo de convívio escolar e mais oportunidades de aprendizagem;

- a urgência de uma política que dê ênfase ao processo de alfabetização e letramento dos alunos da rede pública;

- a necessidade de orientar as escolas na organização e funcionamento do ensino fundamental de nove anos,

RESOLVE:

Art. 1º O ensino fundamental deve garantir as oportunidades educativas requeridas para o atendimento das necessidades básicas de aprendizagem dos educandos, focalizando em especial:

I-o domínio dos instrumentos essenciais à aprendizagem para toda a vida – a leitura, a escrita, a expressão oral, o cálculo, a capacidade de solucionar problemas e elaborar projetos de intervenção na realidade;

II-o domínio dos conteúdos básicos de aprendizagem - conhecimentos conceituais dos vários campos do saber, capacidades cognitivas e sociais amplas e procedimentos gerais e específicos dos diversos campos do conhecimento, bem como valores e atitudes fundamentais à vida pessoal e à convivência social.

Art. 2º O ensino fundamental, com duração de nove anos, estrutura-se em cinco anos iniciais, organizados em ciclos e quatro anos finais organizados em anos de escolaridade.

Art. 3º Os anos iniciais do ensino fundamental são organizados em dois ciclos: I – Ciclo da Alfabetização, com a duração de três anos de escolaridade.

II- Ciclo Complementar, com a duração de dois anos de escolaridade.

Art. 4º O Ciclo da Alfabetização, a que terão ingresso os alunos com seis anos de idade completos ou a completar até 30 de junho do ano em curso, terá suas atividades pedagógicas organizadas de modo a assegurar que, ao final de cada ano, todos os alunos sejam capazes de :

I-1º Ano:

- a)desenvolver atitudes e disposições favoráveis à leitura;
- b)conhecer os usos e funções sociais da escrita;
- c)compreender o princípio alfabético do sistema da escrita;
- d)ler e escrever palavras e sentenças.

II-2º Ano:

- a)ler e compreender pequenos textos;
- b)produzir pequenos textos escritos ;
- c)fazer uso da leitura e da escrita nas práticas sociais. III- 3º Ano:

- a)ler e compreender textos mais extensos;
- b)localizar informações no texto;